

# Deputados dizem que índice de brancos e nulos deve levar ao voto facultativo

por Maria Cristina Fernandes  
de São Paulo

O elevado percentual de votos nulos e brancos observado nas últimas eleições fortaleceu a defesa do voto facultativo, do voto distrital misto e da reformulação do horário eleitoral gratuito. Compartilham dessa opinião deputados de três diferentes partidos — Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP), José Genoíno (PT-SP) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) —, que participaram na noite do último domingo do programa “Crítica & Autocrítica”, da “Gazeta Mercantil” e da TV Bandeirantes.

Houve consenso no debate sobre a conotação contestatória dos votos nulos e brancos, sendo que Arnaldo Faria de Sá atribuiu o protesto do eleitor ao atraso do Congresso na aprovação da legislação complementar que, segundo ele, viria a “materializar” as conquistas obtidas na Constituinte.

José Genoíno e Maurílio Ferreira Lima privilegiaram o descrédito da população no atual sistema eleitoral como explicação para a anulação dos votos. “Tivemos três eleições seguidas — em 88, 89 e 90 — que não produziram mudanças significativas na vida da maioria da população. O eleitor está desacreditado e expressou isso com seu voto”, disse Genoíno.

A primeira sugestão apresentada no debate para a reversão desse “descrédito eleitoral” foi a adoção do voto facultativo. Tradicionalmente defendido por parlamentares de esquerda e centro-esquerda, cujo eleitorado de “militantes” não se absteria das urnas sem a obrigatoriedade, o voto facultativo recebeu no programa de domingo uma manifestação favorável do deputado Arnaldo Faria de Sá. “Caminhamos para sua adoção na reforma constitucional de 1993”, disse o líder do PRN na Câmara Federal.

Apesar da emenda constitucional que propõe a adoção do voto facultativo no País ser de autoria do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), foi o PT o primeiro partido a se posicionar em sua defesa. “O voto é um direito de ci-



José Genoíno

dadania e o eleitor não pode ser coagido a exercer um direito”, disse o deputado petista José Genoíno. Para o deputado Maurílio Ferreira Lima, o voto facultativo já deve vigorar nas próximas eleições municipais de 1992.

O deputado do PMDB pernambucano mostrou-se contrário ao voto distrital — “voto do retrocesso e do fortalecimento das oligarquias locais” — e disse ser mais “aceitável” o voto distrital misto, no qual, segundo explicou, o eleitor votaria duas vezes — no candidato de seu distrito e no candidato de seu partido. No caso de São Paulo, por exemplo, que tem um abancada de 60 deputados, 30 deles seriam os mais votados distritalmente e a outra metade seria composta de deputados que têm um eleitorado mais pulverizado no estado.

Os deputados participantes do “Crítica & Autocrítica” também foram unâmindes na defesa de uma ampla reforma do horário eleitoral gratuito. Programas mais curtos, transmissão em um horário que não prejudique as opções do eleitor e a obrigatoriedade da inclusão de debates entre os candidatos das eleições majoritárias e proporcionais foram algumas das sugestões dos parlamentares à reformulação do horário eleitoral “gratuito”.

O deputado Arnaldo Faria de Sá reclamou da ausência de espaço para os candidatos proporcionais discutirem suas propostas durante o horário eleitoral gratuito dessas eleições, monopolizado, segundo ele, pelos candidatos ao governo dos estados. “As eleições para o Congresso deveriam ser coincidentes com as eleições para presidente. É quando se discutem os problemas nacionais. Governadores e prefeitos deveriam fazer campanha ao lado de deputados estaduais e vereadores, devido à coincidência de temas. Teríamos, assim, apenas duas eleições”, sugeriu José Genoíno (PT-SP).